



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2011.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; (iv) parecer do conselho fiscal; e (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

## ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

### 1. Informar o lucro líquido do exercício.

A administração da Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2011 foi de R\$ 244.944.435,53

### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31/12/2011 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 58.174.303,44 o que equivale a R\$ 0,0854643738 para cada ação (ALLL3) nesta data. Os valores de dividendos por ação poderão sofrer alterações até a data da Assembléia Geral Ordinária em razão do exercício de opções de ações vinculadas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, o qual reflete diretamente na quantidade de ações em tesouraria.

### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A administração da Companhia propõe a distribuição de 25% lucro líquido ajustado.

### 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A proposta da administração da Companhia não contempla a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Valor Mobiliário	Ticker	JCP (R\$)	Dividendo (R\$)
Ação Ordinária	ALLL3	-	0,0854643738

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital

**próprio.**

A administração da Companhia propõe que o pagamento dos dividendos aos acionistas seja feito no sexagésimo dia após a realização da Assembléia Geral Ordinária. Os dividendos serão pagos, mediante depósito bancário, em conta corrente indicada pelo acionista ao banco custodiante da Companhia.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

A administração da Companhia propõe o pagamento dos dividendos sem a incidência de correção monetária ou juros.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Os titulares de ações de emissão da Companhia no fechamento do pregão na data da realização da Assembléia Geral Ordinária, prevista para 27/04/2012, terão direito ao recebimento dos dividendos propostos. Conseqüentemente, as ações de emissão da Companhia (ALL3) serão consideradas *ex dividendos* em 28/04/2012.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

A administração da Companhia informa que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores do exercício social encerrado em 31/12/2011.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

<b>Exercício Social</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Lucro Líquido	244.944.435,53	239.878.542,79	30.274.609,84
Valor/Ação Ordinária	0,854643738	0,082915805	0,002095092
Valor/Ação Preferencial	-	-	0,002095092

Valor/Unit	-	-	0,010475460
------------	---	---	-------------

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

<b>Exercício Social</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Dividendos (R\$)	58.174.303,44	56.971.153,91	7.190.219,80
JCP (R\$)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>58.174.303,44</b>	<b>56.971.153,91</b>	<b>7.190.219,80</b>

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal.**

Do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2011, será destinado à reserva legal o valor de R\$ 12.247.221,78.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

Em observância ao artigo 193 da Lei das S.A., do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

As Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

De acordo com o artigo 34 do Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A administração da Companhia informa que o valor do dividendo obrigatório, ou seja,

25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, será integralmente pago aos acionistas no sexagésimo dia após a realização da Assembléia Geral Ordinária.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31/12/2011.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**

Não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2011 para a reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2011 para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**

De acordo com o artigo 36 do Estatuto Social, atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

**b. Identificar o montante destinado à reserva.**

A administração da Companhia informa que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2011, será destinado à reserva de investimento o valor de R\$

119.464.305,00.

**c. Descrever como o montante foi calculado.**

A Companhia esclarece que o montante destinado à reserva de investimento foi calculado conforme artigo 36 do Estatuto Social e corresponde a 75% do lucro líquido do exercício ajustado.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.**

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

A Companhia informa que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2011, será destinado R\$ 55.300.665,92 para reserva de incentivos fiscais.



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 10º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações previstas nos itens 12.6 a 12.10 (informações sobre os candidatos indicados pela administração e/ou acionistas controladores) do Formulário de Referência instituído pela Instrução CVM 480/2009.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; e (iv) parecer do conselho fiscal; (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

## CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Cada um dos candidatos a membro do Conselho Fiscal apoiados pela administração e acionistas controladores declarou para a Companhia que nos últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

---

<b>Nome</b>	<b>Newton de Souza Junior</b>
<b>CPF/MF</b>	848.556.657-20
<b>Idade</b>	46
<b>Profissão</b>	Advogado
<b>Cargo</b>	Membro Titular do Conselho Fiscal
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27/04/2012
<b>Data Posse</b>	Não aplicável.
<b>Prazo</b>	
<b>Mandato</b>	Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não há.

### **Currículo**

Formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Administração pelo Instituto de Pesquisa e Pós- Graduação em Administração de Empresas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, o Sr. Souza é: (i) Membro Efetivo e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos foi: (i) Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia (desde 2009); (ii) Membro Efetivo do Conselho Fiscal da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) (de 2006 a 2008); (iii) Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Nova Ferroban S.A (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) (de 2006 a 2008); (iv) Diretor Jurídico da Estácio Participações S.A. (organização privada de ensino superior) (de 2007 a 2008); e (v) Sócio do Escritório de advocacia Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro (de 2004 a 2007). Adicionalmente, foi Diretor Executivo e Membro do Conselho de Administração da Ferropar – Ferrovia Paraná (empresa do ramo de transporte ferroviário) (2003 e 2004). Com exceção da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. e da Nova Ferroban S.A., nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma



condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>Daniel José dos Santos</b>
<b>CPF/MF</b>	952.316.418-04
<b>Idade</b>	53
<b>Profissão</b>	Contador
<b>Cargo</b>	Membro Suplente do Conselho Fiscal
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27/04/2012
<b>Data Posse</b>	Não aplicável.
<b>Prazo</b>	
<b>Mandato</b>	Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não há.

#### **Currículo**

Formou-se em Contabilidade e fez pós-graduação em controladoria pela Universidade da Região de Joinville. Atualmente é: (i) Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Sócio da Prátika Consultoria e Assessoria Ltda.(empresa de consultoria) Adicionalmente, foi: (i) Especialista Sênior de Controladoria da Companhia (de 2001 a 2004); e (ii) Controller da Tupy S.A. (empresa do ramo de ferro e fundição) (de 1988 a 1996). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>Ricardo Scalzo</b>
<b>CPF/MF</b>	370.933.557-49
<b>Idade</b>	60
<b>Profissão</b>	Empresário
<b>Cargo</b>	Membro Titular do Conselho Fiscal
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27/04/2012
<b>Data Posse</b>	Não aplicável.
<b>Prazo</b>	
<b>Mandato</b>	Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
<b>Indicação</b>	Controlador

**Outros cargos** Não há.

## Currículo

Formou-se em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Atualmente é: (i) Membro Fiscal do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Consultor. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro do Conselho Fiscal da Contax S.A (empresa do ramo de call centers e outros – companhia de capital aberto) (de 2005 a 2007); (ii) Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (empresa do ramo de geração e distribuição de energia e companhia de capital aberto) (em 2007); (iii) Membro do Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A (empresa do ramo de geração e distribuição de energia e companhia de capital aberto) (em 2007); (iv) Membro do Conselho Fiscal do Hopi Hari Parque Temático (empresa do ramo de entretenimento) (de 2000 a 2008); (v) Membro do Conselho Fiscal Magnesita Refratários S.A (empresa do ramo Industrial – companhia de capital aberto) (2008 e 2009); (vi) Membro do Conselho Fiscal da Beneficência Médica Brasileira S.A – Hospital e Maternidade São Luiz (hospital) (2008 e 2009); (vii) Membro do Conselho Fiscal da Lojas Americanas S.A (empresa do ramo de varejo e companhia de capital aberto) (da instalação até 2009). Adicionalmente, foi: (i) Gerente de Consultoria Financeira e Auditoria da Arthur Andersen S/C (empresa de auditoria) (de 1974 a 1982); (ii) Gerente de Controle Corporativo do Banco de Investimentos Garantia S.A (banco) (de 1982 a 1998); (iii) Membro do Conselho Fiscal Companhia e Cervejaria Brahma – Ambev (empresa do ramo de bebidas) (de 1992 a 2003); (iv) Diretor das empresas Varbra S.A (controladora da Lojas Americanas S.A do ramo de varejo) (de 1998 a 2002); (v) Diretor da Braco S.A, empresa controladora da AmBev (empresa do ramo de bebidas e companhia aberta) (de 1998 a 2002). Nenhuma das empresas acima mencionada faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

<b>Nome</b>	<b>Marcelo Meth</b>
<b>CPF/MF</b>	596.424.677-04
<b>Idade</b>	54
<b>Profissão</b>	Economista
<b>Cargo</b>	Membro Suplente do Conselho Fiscal
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27/04/2012
<b>Data Posse</b>	Não aplicável.
<b>Prazo</b>	
<b>Mandato</b>	Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros</b>	Não há.

## cargos

### Currículo

Formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Atualmente é: (i) Sócio da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda.; (ii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia); (iii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Hopi Hari S.A. (empresa do ramo de entretenimento); (iv) Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo) e (v) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Auditor da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (bolsa de valores); (ii) Sócio Gestor da RB Capital (empresa do ramo de operações de crédito estruturado e investimentos imobiliários). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

---

<b>Nome</b>	<b>Marcos Tadeu de Siqueira</b>
<b>CPF/MF</b>	945.554.198-04
<b>Idade</b>	56
<b>Profissão</b>	Administrador
<b>Cargo</b>	Membro Titular do Conselho Fiscal
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27/04/2012
<b>Data Posse</b>	Não aplicável.
<b>Prazo</b>	
<b>Mandato</b>	Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não há.

### Currículo

Formou-se em Administração de Empresas pelo Instituto Champagnat de Estudos Superiores – Belo em 1999; possui MBA para Altos Executivos - Formação Geral concluído em 1995 e Negócios Internacionais, concluído em 2002. Atualmente é: (i) Sócio Diretor da De Consulting Ltda., desde 2007; (ii) Presidente da Comissão Especial de Licitação da CNI - Confederação Nacional da Indústria, desde 2011; (iii) membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2010; (iv) Membro Com. Esp. Licitação – Governança Corporativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria, desde 2010; (v) Gestor Comitê Gestor Proj. Governança Corporativa do CNI -

Confederação Nacional da Indústria, desde 2010; (vi) Membro da Comissão Terceiro Setor do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2011; (vii) Professor/Coaching CBA Gestão de Negócios da Faculdade Ibmec, desde 2007; e (viii) consultor da Idea Consultoria Empresarial, desde 2006; Diretor de Departamento (Pro bono) da Brasília Country Clube, desde 2011. Nenhuma das empresas acima mencionada faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

---

<b>Nome</b>	<b>Ilse Maria Biason Guimarães</b>
<b>CPF/MF</b>	092.081.600-25
<b>Idade</b>	62
<b>Profissão</b>	Administradora
<b>Cargo</b>	Membro Suplente do Conselho Fiscal
<b>Data Eleição</b>	Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27/04/2012
<b>Data Posse</b>	Não aplicável.
<b>Prazo</b>	
<b>Mandato</b>	Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2013
<b>Indicação</b>	Controlador
<b>Outros cargos</b>	Não há.

### **Currículo**

Formou-se em Administração de Empresas pela Unisinos em 1975; Pós-Graduação em Marketing pela Escola Superior de Propaganda – ESPM, concluída em 1988; mestrado em Marketing pela PPGA - Universidade Federal do RGS, concluído em 1992; MBA em Gestão Empreendedora - Curso para Executivos BB pela Universidade de São Paulo, concluído em 1995, e; doutorado em Engenharia de Produção pela PPGEF - Universidade Federal de Santa Catarina, concluído em 2003. De 1995 a 1996 foi Vice Presidente da Serviços da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo e; de 2000 a 2001 foi conselheira fiscal da CPFL, empresa pertencente ao mesmo grupo do Banco do Brasil. A Sra. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

---



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 12º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à proposta de fixação da remuneração dos administradores.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; e (iv) parecer do conselho fiscal; (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

### **13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da direção não estatutária**

#### **a. Objetivos da política ou prática de remuneração**

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas e assegurando o alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

No caso dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

Com relação aos diretores não estatutários os objetivos da política e da prática de remuneração variável são os mesmos aplicados aos diretores estatutários.

Para os membros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês da Emissora, não há práticas de remuneração variável na Companhia. Vale destacar que até 2009 existiam comitês de assessoramento com remuneração específica.

#### **b. Composição da remuneração**

##### **i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

###### Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com a média do mercado; e (ii) remuneração variável, caso o membro do Conselho de Administração exerça funções executivas na Companhia, com o objetivo de estimular e recompensar resultados expressivos por meio de participação nos lucros e Plano de Opção de Compra de Ações (“POCA”).

Dentre as funções executivas exercidas pelo membro do Conselho de Administração que participa da remuneração variável da Companhia, citamos: acompanhamento mensal da gestão dos resultados e metas da diretoria, participação no estabelecimento de diretrizes estratégicas, defesa dos interesses dos acionistas e atendimento às requisições apresentadas pelos investidores, fiscalização do cumprimento das regras de governança corporativa, dentre outras.

Somente um membro do Conselho de Administração exerce função executiva, na Companhia, fazendo jus ao recebimento de remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

#### Diretoria

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em componentes fixo e variável, sendo o salário base (componente fixo) alinhado com a média do mercado, enquanto o diferencial é a remuneração variável e de médio e longo prazo, esta última refletida nas opções outorgadas no âmbito do POCA.

A remuneração variável é composta por (i) uma remuneração em dinheiro e, (ii) a critério da Companhia, em plano de opções de ações. A remuneração variável tem como objetivo a retenção dos executivos qualificados, incentivando-os a permanecer a médio e longo prazo na Companhia, estimulando o atendimento dos resultados, de forma a buscar a melhoria contínua.

Em relação ao recebimento de benefícios diretos e indiretos, a Companhia fornece a todos os seus empregados, inclusive, aos membros da Diretoria, seguro de vida, assistência médica e odontológica, sendo esses últimos, opcionais.

É importante ressaltar que a Companhia possui um Comitê de Gestão que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, além das indicações de Beneficiários para participação do POCA, e a submete para posterior deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

#### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa baseada no mínimo legal. O Conselho Fiscal em exercício recebe o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

#### Comitês

Todos os membros dos Comitês da Companhia são administradores.

Os membros do Comitê de Gestão e do Comitê do POCA, únicos comitês instalados na Companhia, não recebem qualquer remuneração adicional pelo desempenho de suas funções.

Os membros dos Comitês não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

Vale destacar que o Comitê de Auditoria, que teve remuneração de R\$ 345 mil para o ano de 2009, foi extinto com a aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, uma vez que suas funções foram cumuladas pelo Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social vigente da Companhia, aprovado em Assembleia Extraordinária realizada em 09/09/2010.

## **ii. Proporção de cada elemento na remuneração total**

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme mencionado no item 13.1.b.i, acima.

Já no caso da Diretoria, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 15% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 85%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa aproximadamente 50% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa, aproximadamente, 50%.

Com relação aos membros do Conselho de Administração, apenas os que exercem funções executivas na Companhia possuem remuneração variável atrelada a resultados individuais e da Companhia. Já no caso do Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 70% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 30%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa 0% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa 100%.

A remuneração pode variar conforme o desempenho verificado tanto com relação à Companhia quanto com relação aos administradores. Assim, caso a Companhia ou o administrador não atinjam os resultados mínimos estabelecidos, não haverá qualquer pagamento de remuneração variável de curto prazo.

## **iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de remuneração e formas de reajustes pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Quanto aos critérios de comparação, a Companhia efetua a comparação com outras empresas de capital aberto, independentemente do setor de atuação, mas com faturamento similar, bem como com as demais empresas que atuam no setor de logística nacional.

Vale destacar que não há um critério pré-definido para o cálculo do reajuste da remuneração dos administrados e demais empregados da Companhia.



#### **iv. Razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração dos administradores é definida de modo a encorajá-los a alcançar resultados de curto e de longo prazo da Companhia. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa em linha com a praticada pelo mercado, estimulando-se, no entanto, a busca de resultados expressivos para a obtenção de remuneração variável acima da média do mercado. Para isso, a remuneração variável é definida de acordo com as seguintes bases: (i) as metas da Companhia que definem o alcance dos resultados deverão ser desafiadoras, mas atingíveis; (ii) abaixo de determinado nível de alcance das metas não será conferido qualquer remuneração variável, mas atingimentos excepcionais deverão ser remunerados com participação nos lucros equivalentes ou mesmo superiores aos maiores níveis de mercado; (iii) a remuneração variável apenas será concedida se tanto as metas da Companhia quanto as do administrador forem alcançadas.

No longo prazo, com a possibilidade de outorga de opções, estimula-se a conjunção dos interesses de acionistas e administradores no médio e longo prazo, mediante o investimento em ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda pelo período de 2 ou 3 anos.

Para o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções.

#### **c. Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no orçamento da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração, cujos principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são EBITDA, EVA, lucro líquido, fluxo de caixa, volume de transporte, produtividade dos ativos, entre outros.

#### **d. Estrutura da remuneração que visa refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

O elemento variável da remuneração se realiza anualmente e leva em consideração metas estabelecidas para a Companhia, diretorias e unidades de negócio específicas e para cada administrador ou empregado individualmente considerado. Inicialmente são determinadas as metas aplicáveis à Companhia, e, em seguida, tais metas são desdobradas de forma específica para cada diretoria ou unidade de negócios. Esse desdobramento de metas é sempre feito de modo que o alcance das metas pelas diretorias ou unidades de negócio esteja sempre alinhado com as metas da Companhia, contribuindo para o resultado desta.

O desempenho da Companhia deverá atingir um mínimo para que haja o pagamento de remuneração variável. No mesmo sentido, resultados excepcionais da Companhia também são refletidos em remunerações variáveis expressivas. O valor da remuneração variável atribuída aos administradores e empregados, além de pautar-se nos resultados da Companhia, também depende do alcance de suas metas individuais.

Assim, qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

**e. Alinhamento da política ou prática de remuneração com interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia**

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da remuneração variável. Neste caso, os resultados da Companhia e dos seus administradores durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado de dois elementos: (i) consistência no atendimento de metas relativas aos principais indicadores, de forma anual; e (ii) as características do POCA, que exigem um comprometimento de recursos no longo prazo (em razão do período de restrição à venda das ações correspondentes e do prazo de 5 anos para a incorporação das opções).

**f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A remuneração, seja ela fixa ou variável, dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração é suportada pela Companhia desde 2010. Antes deste período a remuneração de administradores era suportada por uma controladora direta da Companhia.

**g. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

### 13.2 Remuneração total de conselho do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	8,00	3,00	26,00
Remuneração Fixa Anual	4.650.000,00	6.210.000,00	800.000,00	11.660.000,00
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios diretos ou indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	2.000.000,00	18.630.000,00	0,00	20.630.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em a�oes	0	18.893.157,00	0	18.893.157,00
<b>Total da remunera�o</b>	<b>6.650.000,00</b>	<b>43.733.157,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>51.183.157,00</b>

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	8,00	3,00	26,00
Remuneração Fixa Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pró-labore	2.721.600,00	6.195.200,00	390.000,00	9.306.800,00
Benefícios diretos ou indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	1.344.000,00	12.480.000,00	0,00	13.824.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em a�oes	786.077,00	17.976.361,00	0,00	0,00
<b>Total da remunera�o</b>	<b>4.851.677,00</b>	<b>36.651.561,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>23.130.800,00</b>

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,08	7,83	3,00	22,91
Remuneração Fixa Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pró-labore	2.728.000,00	5.144.690,00	389.160,00	8.262.004,00
Benefícios diretos ou indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	1.527.108,00	16.552.448,00	0,00	18.079.556,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseado em ações	3.168.201,00	11.285.580,00	0,00	14.453.781,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>7.423.463,00</b>	<b>32.982.718,00</b>	<b>389.160,00</b>	<b>40.795.342,00</b>

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2012)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração*	2.000.000,00	18.630.000,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.000.000,00	18.630.000,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participa�o nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participa o nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.*

*Nota: A Companhia esclarece que o bônus para o exercício de 2012 ainda será objeto de aprova o em AGOE a ser*

realizada em 27/04/2012.

Remuneração variável prevista para o exercício social (2011)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração*	2.000.000	18.000.000	0,00	20.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.000.000	18.000.000	0,00	20.000.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.*

*Nota: A Companhia esclarece que o bônus para o exercício de 2011 ainda será objeto de aprovação em AGOE a ser realizada em 05/05/2011.*

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 31/12/2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros</b>	<b>2</b>	<b>7,83</b>	<b>0</b>	
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo no plano de remuneração	1.527.108	16.552.448	0,00	18.079.556
Valor no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.527.108	16.552.448	0,00	18.079.556
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.527.108	16.552.448	0,00	18.079.556
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
------------------------------------------------------------------------------	------	------	------	------

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.*

### **13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **a. Termos e condições gerais**

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“POCA”), empregados de alto nível, prestadores de serviço e administradores, seja da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente (“Beneficiários”), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O POCA foi aprovado pelos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 1999. O POCA estabelece as condições gerais para a outorga das opções, os critérios para definição do preço de aquisição, os termos e condições de tais opções, as restrições para alienação das ações adquiridas por meio do plano, além de definir diversas atribuições do Conselho de Administração na condição de administrador o Plano.

Nos termos do POCA, o Conselho de Administração, enquanto seu administrador ou, a critério dele, por um comitê especialmente formado para esse fim (“Comitê do POCA”), tem amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do POCA. O Comitê do POCA realiza as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais podem ser definidos os Beneficiários, o número e espécie de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, os períodos para exercício e o prazo máximo para exercício das opções, normas sobre a transferência das opções e eventuais restrições às ações adquiridas, bem como disposições sobre penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contrato de Opção de Subscrição ou Compra a Termo de Ações e Outros Pactos (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do POCA e do Programa correspondente.

Os programas podem contemplar dois grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”). No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M. Os Contratos

do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto: (i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

Para o Programa de 2012, especificamente, tanto os Contratos A como os Contratos B, o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no primeiro ano, 15% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 25% no quarto ano e 25% no quinto e último ano.

Podem ser beneficiários dos Programas membros da administração, membros do conselho fiscal, empregados da Companhia e prestadores de serviços.

Até a data da apresentação deste Formulário de Referência foram outorgadas opções através dos Programas de 1999, 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012, sendo a cada ano um Programa específico.

#### **b. Principais objetivos do plano**

Os programas de opção de compra de ações da Companhia objetivam: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos Beneficiários adquirir ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas da Companhia.

#### **c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimulam os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo de outorgas adotado. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do POCA.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

**d. Inserção do plano na política de remuneração da Companhia**

O POCA atualmente em vigor insere-se na política de focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, a remuneração em ações está diretamente ligada a este alinhamento de interesses.

**e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

As outorgas realizadas com base nos Programas trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em programas anuais e a existência de períodos de carência diferenciados (ver item 13.4.h abaixo - Prazos de Incorporação das Opções) fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo. O Beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços mais baixos que o valor de mercado das ações da Companhia, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização de tais ações.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (ver item 13.4.1 abaixo - lock up), também modula os incentivos do Beneficiário para um prazo mais longo: as ações objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o Beneficiário apenas auferirá um ganho se as ações da Companhia mantiverem-se valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser alienadas.

**f. Número máximo de ações abrangidas**

Desde a constituição do plano de opções, em 1999, até 31.12.2011 o número máximo de ações abrangidas pelo plano de opções, desde sua aprovação, independente de terem sido exercidas, é de 37.744.086.

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

A partir de 09/09/2010, com a aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações, tem como (i) limite anual 1,5% do capital social para a outorga de opções (ou seja, R\$ 51.724.251,47 do capital social) e (ii) o limite máximo de 5% do capital social para o total de opções outorgadas (ou seja, R\$ 172.414.171,58 do capital social).



## **h. Condições de aquisição de ações**

### *Quanto a Participação nos Programas*

Como regra geral para a participação dos Beneficiários nos Programas criados pelo Comitê do POCA, há a obrigação de adquirir 10% do total das opções na data da outorga, mediante a assinatura do Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral os Beneficiários do Programa 2009, programa criado pelo Comitê do POCA em troca das opções outorgadas em Programas anteriores. Em 03.08.2009, o Comitê do POCA cancelou os Programas 2007 e 2008 e trocou as opções ainda não exercidas pelos Beneficiários destes planos por um novo programa, o Programa 2009, na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrante dos lotes cancelados dos Programas 2007 e 2008, os Beneficiários receberam 5 opções no âmbito do Programa 2009.

### *Quanto aos Prazos de Incorporação das Opções*

Os Beneficiários podem adquirir, anualmente e durante 5 anos, o direito de efetuar contribuições pelas opções outorgadas no âmbito de cada Programa.

Como regra geral, os Beneficiários devem efetuar o pagamento de 10% do valor das opções, no ato da assinatura do Contrato, como condição para participação no Programa, passando a adquirir o direito de efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações.

Excetuam-se desta regra geral os administradores da Companhia que são Beneficiários do Programa 2006. Para este programa, a aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações altera de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o Beneficiário se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê do POCA pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como a regra geral.

O Programa de 2012 também difere da regra geral no sentido de que o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no primeiro ano, 15% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 25% no quarto ano e 25% no quinto e último ano.

### *Quanto ao Preço de Exercício das Opções*

Cada Programa define especificamente o preço para o exercício da opção. Como regra geral, o valor das contribuições, ou preço das ações, é atualizado pela variação do IGP-M/FGV a partir da data da outorga, mediante a assinatura do Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral o valor das contribuições, ou preço das ações, do Programa 2003, cujo valor é atualizado pela variação do IGP-M/FGV acrescido de juros de 6% ao ano a partir da data da outorga.

#### *Quanto ao Prazo de Extinção das Opções*

Para os Programas 2005 e 2006, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 10 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com cada um destes Programas.

Para o Programa 2009 e de 2012, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 5 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com este Programa.

#### *Programa de Restricted Shares Options*

Em assembleia realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovou o programa de “restricted shares options”. O programa consiste na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de empregados e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício está condicionado cumulativamente à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012, ao atingimento de metas operacionais individuais e ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA.

As opções não têm direito a dividendos antes de seu exercício. O prazo de exercício é de seis meses a partir do decurso do período de aquisição que termina em 31/12/2012. O preço de exercício é de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do programa (R\$ 16,50).

Não houve movimentações adicionais durante o exercício no âmbito do programa de “restricted share options”.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Como regra geral, o preço de aquisição ou exercício é definido pelo Comitê do POCA com base na cotação média das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data das outorgas.

Para os programas anteriores a junho de 2004 (pré Initial Public Offering), o preço de aquisição ou exercício foi definido pelo Comitê do POCA com base no patrimônio líquido da Companhia na data das outorgas.

**j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

Os critérios para a fixação do prazo de exercício conforme descrito no item 13.4.h acima consideram os seguintes objetivos: (i) alinhamento dos interesses de curto, médio e longo prazo de valorização da Companhia; (ii) mecanismo de retenção de pessoas chave da Companhia; e (iii) consideração de valor justo implícito na outorga das opções.

**k. Forma de liquidação**

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são objeto de emissão e aumento de capital correspondente, sempre dentro do limite do capital autorizado, com a consequente homologação pelo Conselho de Administração.

A Companhia também pode se utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções. Esta alternativa vem sendo utilizada pela Companhia para as opções exercidas desde abril de 2008.

Para os Programas criados até a data deste Formulário de Referência, a regra geral é de que 30% do preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes, sendo que o saldo remanescente de 70% deverá ser pago pelo Beneficiário em até 30 dias a contar da efetiva emissão ou transferência das ações.

**l. Restrições à transferência das ações**

As ações decorrentes do exercício de opções outorgadas encontram-se sujeitas a restrições à sua disponibilidade. Com exceção do Programa 2009 e de 2012, os demais Programas possuem prazo de indisponibilidade das outorgas (*lock up*) de 2 anos contados da data da assinatura do Contrato. O Programa de 2009 possui o prazo de indisponibilidade de 3 anos e o Programa de 2012 possui prazo de indisponibilidade de 2 anos contados da data do exercício.

Atualmente, as opções outorgadas aos Beneficiários do Programa 2009 estão com restrição para sua disponibilidade.

**m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Comitê do POCA possui atribuições diversas no âmbito da administração do POCA, podendo modificar unilateralmente os termos e condições da opção outorgada, desde que tais modificações não prejudiquem os direitos dos Beneficiários.

Ainda, em caso de incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a Companhia remanescente, ou a venda de parcela substancial da propriedade de mais de 80% das ações existentes da Companhia a qualquer outra sociedade, o POCA terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que se estabeleça por escrito, em conexão com tal transação, a manutenção do POCA e a assunção das opções até então concedidas, com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número, espécie e preço de ações, e nesse caso o POCA continuará na forma então prevista. Poderá, ainda, o Comitê do POCA estabelecer regras especiais de preço e de liquidação das contribuições para aquisição das ações efetuadas pelos beneficiários em caso de transferência de controle da Companhia.

**n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Cessada, por qualquer razão: (i) a relação de emprego entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas, e o Beneficiário; ou (ii) o contrato de prestação de serviços entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas e o Beneficiário (independentemente do “nomen juris” adotado); ou (iii) o mandato de administrador do Beneficiário, exceto, para todas as hipóteses indicadas acima, nos casos de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente, aplicar-se-á conforme o caso:

(A) Caso o contrato de trabalho, o contrato de prestação de serviços ou o mandato de administrador do Beneficiário tenha sido encerrado por justa causa, como definida na legislação trabalhista, ou por motivo que constituiria justa causa na forma da mesma legislação, o Beneficiário perderá automaticamente: (i) o direito de efetuar a contribuição para aquisição referente a lotes incorporados porventura ainda não contribuídos, ainda que não tenha decaído do direito de efetuar a contribuição para aquisição; bem como (ii) a expectativa de futura incorporação dos lotes não incorporados à data.

(B) Caso: (i) o contrato de trabalho do Beneficiário tenha sido encerrado sem justa causa, como definida na legislação trabalhista, por iniciativa da Companhia, suas coligadas e/ou controladas; ou (ii) o contrato de prestação de serviços ou o mandato do Beneficiário administrador tenha sido encerrado pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas, sem justificativa; ou (iii) o Beneficiário empregado peça demissão após a assinatura do Contrato; ou (iv) o Beneficiário prestador de serviços tome a iniciativa de encerrar seu contrato de prestação de serviços; ou (v) o Beneficiário administrador renuncie ao mandato após a assinatura do Contrato, aplicar-se-á o disposto nos itens (B1) e (B2) abaixo:

(B1) Exclusivamente no tocante às opções ainda não objeto de contribuição para aquisição, mas referentes a ações integrantes de lotes incorporados em relação às quais o Beneficiário não tenha decaído do direito de efetivar a contribuição para aquisição, o Beneficiário poderá, a seu critério, efetuar a contribuição para aquisição, no prazo máximo de 30 dias após a verificação dos eventos do item (B) acima, conforme o caso,

após o que a Companhia, no prazo de 30 dias contados a partir da efetivação da respectiva contribuição para aquisição, emitirá ações e as entregará ao Beneficiário.

(B2) Caso se verifique qualquer das hipóteses do item (B) acima, o Beneficiário perderá automaticamente a expectativa de direito de futura incorporação dos lotes não incorporados à data da verificação dos referidos eventos.

(C) Não haverá qualquer pagamento ou indenização ao Beneficiário: (i) por conta das ações integrantes de lotes incorporados, cujo direito à contribuição o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto no item (A) acima; nem (ii) por conta das ações integrantes dos lotes não incorporados, cuja expectativa de futura incorporação o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto nos itens (A) ou (B2) acima, extinguindo-se de pleno direito a opção concedida em qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho, do contrato de prestação de serviços ou do mandato do administrador Beneficiário, exceto se tal extinção se der em decorrência das hipóteses de falecimento e invalidez permanente.

### 13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão.

**ALL – América Latina Logística S.A.**

**Data base: 31/12/2011**

<u>Órgão</u>	<u>ON's</u>	<u>%*</u>
Conselho de Administração	41.115.460*	5,98
Diretoria	253.771	0,04
Conselho Fiscal	5.000	0,00
<b>Total de Ações</b>	<b>42.928.364</b>	<b>6,02</b>

*Nota: Em relação ao total de ações de emissão da Companhia.*

*\* Parte dessas ações é sob a forma de ADR's.*

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não possuem ações de empresas controladas pela Companhia.

Vale destacar que os controladores diretos e indiretos, sociedades controladas e sob controle comum da Companhia, não possuem ações em sociedades controladas pela Companhia.

### 13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Ano	Conselho de Administração			Diretoria		
	2010	2011 (4)	2012	2010	2011 (4)	2012
Número de Membros	0,00	0,00	0,00	9,00	8,00	8,00
<b>Programas</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (4)</b>	<b>2012</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (4)</b>	<b>2012</b>
<b>Em relação a cada outorga de opções de compra</b>						

Data da outorga	Não tem (5)	NA	06/06/12	1/9/10	N/A	06/06/12
Quantidade de opções outorgadas	Não tem	NA	0	2.170.000 (3)	N/A	2.602.499
Prazo para que as opções de tornem exercíveis	Não tem	NA	Ao longo de 5 anos	31-dez-12	N/A	Ao longo de 5 anos
Prazo máximo para exercício das opções	Não tem	NA	5 anos a partir do vestimento	30-jun-13	N/A	5 anos a partir do vestimento
Prazo de restrição à transferência de ações	Não tem	NA	2 anos	31-dez-12	N/A	2 anos
<b>Preço Médio Ponderado de Exercício de cada um dos seguintes grupos de opções</b>	11,96	13,30	13,30	10,62	11,82	11,82
Em aberto no Início do Exercício Social	11,96	13,30	12,86	10,62	11,82	12,44
Perdidas no Exercício Social	0	0	0	0	0	0
Exercidas no Exercício Social	0	8,73	0	7,88	0	0
Expiradas no Exercício Social	0	0	0	0	0	0
<b>Valor Justo das Opções na Data de Outorga (R\$)</b>	16,50	16,50	4,50	16,50	16,50	4,50
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (2)</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,32%	0,00%	0,00%

Em 2010, quantidas são em ações ON e preços são em R\$/ação ON

Nota 2: Quantidades de Units e Preço por Unit já refletem desdobramentos. Após 2010, quantidade em ações ON

(1) Inclui os 10% de ações adquiridas na adesão ao plano

(2) Diluição com base nas opções em aberto e total de ações em 31/12/2010

(3) Refere-se ao Plano de Restricted Share Options e o exercício é condicionado cumulativamente a: (i) estar na cia em 31/12/2012, (ii) resultado da companhia e (iii) resultado individual

(4) Para o exercício de 2011, não há nenhuma remuneração aprovada baseada em ações, tanto para o conselho de administração quanto para a diretoria estatutária.

(5) Para o exercício de 2009 e 2010, não houve aprovação de Plano de Restricted Share Options direcionado para o Conselho de Administração, mas somente para Diretores e Empregados.

### 13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Ano 2011	Conselho de Administração	Diretoria
Número de Membros	3,00	8,00
<b>Em relação a opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade (1)	0	2.459.500
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	96.500 em 01/08/12 2.170.000 em 31/12/12 96.500 em 01/08/13 96.500 em 01/08/14

Prazo máximo para exercício das opções (2)	N/A	10 anos a partir do direito de incorporação
Prazo de restrição à transferência de ações	Não Há	N/A
Preço Médio ponderado de exercício (3)	N/A	12,84
Valor justo das opções no último dia do exercício social (4)	N/A	2,71
<b>Em relação a opções exercíveis</b>		
Quantidade	2.501.905	3.130.165
Prazo máximo para exercício das opções	01/03/2021	01/03/2021
Prazo de restrição à transferência de ações	Não Há	Não Há
Preço Médio ponderado de exercício	12,86	12,40
Valor justo das opções no último dia do exercício social (4)	2,79	2,64
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	6.968.523	42.544.181

Nota 1: Inclui Restricted Shares Options, cujo exercício é condicionado cumulativamente a: (i) estar na cia em 31/12/2012, (ii) resultado da companhia e resultado individual

Nota 2: Exceção é o plano de restricted share options, cujo prazo para exercício é 6 meses após o direito de incorporação

Nota 3: Média Ponderada

Nota 4: Não incluído as ações referentes ao Restricted Shares Options, cujo valor de exercício é de R\$0,01

### 13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercícios	Conselho de Administração			Diretoria		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Número de Membros	12,08	12,08	0	7,83	7,83	3
<b>Em relação às opções exercidas</b>						
Número de ações	0	243.000	0	0	1.094.200	1.474.398
Preço médio ponderado de exercício	0	8,73	Não Há	0	7,88	6,40
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas	0	1.948.653	Não Há	0	9.264.427	9.673.765
<b>Em relação às opções entregues</b>						

Número de ações	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Preço médio ponderado de exercício	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

### 13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

#### a. Modelo de precificação

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, a Companhia estimou o valor justo das opções nas datas das outorgas e reconheceu como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos. Considerando a inexistência de transações equivalentes no mercado, a Companhia utilizou o método Black & Scholes para estimar o valor justo das opções em cada outorga. O modelo de Black-Scholes é um modelo matemático do mercado de um ativo, no qual o preço do ativo é um processo estocástico. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (drift) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; (iv) a ação não paga dividendos (veja abaixo para extensões que aceitem pagamento de dividendos); e (v) não há restrições para a venda a descoberto. O modelo trata apenas opções européias (call). A partir dessas condições ideais no mercado para um ativo (e para a opção sobre o ativo), demonstra-se que o valor de uma opção varia apenas com o preço da ação e com o tempo até o vencimento.

#### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação

<i>Premissas</i>	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa Livre de Risco Real	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,0%
Duração média programa (anos)	10	10	10	10	5,5	3,0	5,0
Volatilidade anualizada esperada	36,0%	36,0%	36,0%	38,0%	36,4%	36,4%	36,4%
Preço médio ponderado das ações (R\$)	7,00	11,50	21,00	20,00	11,00	0,0	9,30
Dividendos esperados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Valor Justo da opção na data da outorga	4,44	7,56	16,14	11,59	5,51	16,5	4,50

#### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia não assume exercício antecipado das opções.

#### d. Forma de determinação da volatilidade esperada



A volatilidade mostra a intensidade e a frequência das oscilações no preço de um ativo financeiro, o qual pode ser uma opção, ação, título público, índice de bolsas ou cota de fundo de investimento considerado um determinado período de tempo, sendo essa variável (a volatilidade) um dos parâmetros mais utilizados como medida de risco.

Também pode ser utilizado para se determinar qual o tamanho de uma amostra de tal forma que ela forneça bons estimadores. O cálculo da volatilidade usa umas janelas móveis de tempo. Entretanto deve utilizar um peso que reduza o efeito das observações estatísticas do passado mais longínquo.

A volatilidade pode ser descrita como uma função dela própria defasada no tempo. Ou seja, é a quantidade e intensidade de flutuações e oscilações que ocorrem com uma série de retornos. Estas flutuações relacionam-se com a média dos retornos.

Para o cálculo da volatilidade esperada, a Companhia utilizou o desvio padrão anualizado das taxas de retorno das variações históricas do preço das ações da Companhia ao longo dos últimos 5 anos.

**e. Outras características incorporadas na mensuração de valor justo da opção**

Não há nenhuma outra característica da opção que tenha sido incorporada na mensuração de seu valor justo.

**13.10 Informações sobre os planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria. Apenas um controlada da Companhia, ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. possui um plano de previdência privada, o qual não engloba nenhum administrador da Companhia.

**13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

<b>Valores Anuais</b>			
	<b>Diretoria Estatutária 31/12/2011</b>	<b>Conselho de Administração 31/12/2011</b>	<b>de Conselho Fiscal 31/12/2011</b>
<b>Nº de Membros</b>	8,00	15,00	3,00
<b>Valor da maior remuneração (reais)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da menor remuneração (reais)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Valor médio da remuneração (reais)</b>	0,00	0,00	0,00

**Observação:**

**Diretoria Estatutária**

**31/12/2011** A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

**Conselho de Administração**

**31/12/2011** A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

**Conselho Fiscal**

**31/12/2011** A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

**13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

<b>2009</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>de Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
	0%	58,33%	0%

Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

<b>2010</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>de Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
	0%	58,33%	0%

Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

<b>2011</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>de Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
	0%	58,33%	0%

Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

### **13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgãos, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

### **13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Em relação ao quadro 13.15, a Companhia informa que, no exercício social de 2009, foram suportados por sociedades controladas, a título de pró-labore da Diretoria e Conselho de Administração, conforme tabela abaixo:

	<b>Exercício Social 2009 (R\$ mil)</b>			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do Emissor	2.086.000	4.669.000	0	6.755.000
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0

A partir do exercício social de 2010, toda remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal são remunerados diretamente pela Companhia, não existindo qualquer parcela suportada por controladas da Emissora, controladores indiretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, em função dos referidos cargos na Companhia.

Não há remuneração recebida por administradores e membros do Conselho Fiscal da Emissora que tenha sido reconhecida no resultado das controladas da Emissora, controladores indiretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, em função dos referidos cargos na Companhia.

### **13.16 Outras informações relevantes**

#### *Remuneração Global*

A Companhia esclarece que a remuneração global para os membros da administração e Conselho Fiscal, aprovada em AGOE de 30/04/2010, foi de R\$ 25 milhões para membros do Conselho de Administração e Diretoria, e R\$ 684 mil para o Conselho Fiscal.

Considerando que a Companhia ultrapassou as metas estipuladas para o exercício social de 2010, gerando um resultado superior ao esperado, houve o pagamento de uma remuneração variável a maior em, aproximadamente, R\$ 900 mil, que será objeto de ratificação em AGOE a ser realizada em 28/04/2011.

Vale destacar, que o valor correspondente as ações não compõe a remuneração global aprovada em AGOE de 30/04/2010 para os membros da administração, tendo em vista que constitui uma faculdade dos referidos membros o exercício da opção para a aquisição de ações de emissão da Companhia, conforme respectivos programas dos quais sejam beneficiários.

A Companhia esclarece que a remuneração da Administração e Conselho Fiscal dos exercícios sociais de 2009 e 2010 demonstrados no Formulário de Referência não corresponde exatamente aos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais de 2009 e 2010, uma vez que nas notas explicativas foram demonstrados os valores desembolsados nos exercícios respectivos, enquanto que no Formulário de Referência, não é considerado o fator desembolso, apenas as provisões que impactaram no resultado. Para evitar possível má interpretação da resposta dada, a Companhia enfatiza que a apropriação destas despesas na contabilidade é sempre realizada por regime de competência.

#### *Diferenças quadro 13.4 e 13.6*

Em relação ao quadro citado no item 13.6 este, reflete somente às ações outorgadas ao Conselho de Administração e Diretoria nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2012, sendo que, o quadro 13.4 reflete o total de ações ainda não exercidas por todos os beneficiários da Companhia, desde 1999 até 31/12/2011.



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes; (iv) parecer do conselho fiscal; e (v) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

## 10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

### i. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As sociedades controladas pela ALL – América Latina Logística S.A. (“Companhia”) têm situação financeira sólida e suficiente para implantar seu plano de negócios, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia teve um faturamento líquido de R\$3.173,2 bilhões, apresentando um EBITDA de R\$1.494,1 bilhões, as disponibilidades e valores equivalentes da Companhia eram de R\$2.099,7 milhões e a Dívida Financeira Bruta era de R\$5.631,7 milhões, resultando em uma Dívida Financeira Líquida consolidada de R\$3.532,0 milhões. A parcela de curto prazo da dívida financeira bancária era de R\$701,3 milhões, resultando numa relação de 3,0 vezes entre o caixa e a parcela da dívida no passivo circulante em 2011.

“Dívida Financeira Bruta” ou “Dívida Onerosa” significa a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas.

“Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Financeira Bruta deduzido o total de disponibilidades e valores equivalentes.

### ii. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$4.087,6 milhões, para uma dívida líquida (soma das obrigações financeiras deduzidas das disponibilidades e aplicações financeiras) de R\$3.532,0 milhões. As disponibilidades e valores equivalentes de R\$2.099,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 eram suficiente para cobrir todo o passivo circulante, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.941,1 milhões. Os Diretores da Companhia acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente (i) pela relação da dívida líquida sobre o EBTIDA que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 equivaleu a 2,4, e (ii) pela relação passivo sobre o patrimônio líquido que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 equivaleu a 0,9, apresentam níveis conservadores de alavancagem, tendo em vista que não compromete a capacidade de pagamento da Companhia. Para mais informações sobre os índices de endividamento da Companhia, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

#### *Hipóteses de resgate*

Os Diretores da Companhia afirmam que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

#### *Fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate das ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

### **iii. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros**

Os Diretores da Holding afirmam que todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros da Holding, até a data deste Formulário de Referência, estão sendo cumpridas bem como a assiduidade dos pagamentos desses compromissos tem sido mantida.

Considerando o perfil de endividamento do grupo econômico do qual a empresa faz parte como um todo, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, os Diretores da Holding acreditam que a Holding possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos 3 anos, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o grupo econômico apresentou (i) um EBITDA, medição esta equivalente à geração de caixa da Companhia, no montante de R\$1.494,1 milhões; (ii) e disponibilidades e valores equivalente, no valor de R\$2.099,7 milhões, que garantem sua posição de liquidez, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições da Holding, os Diretores da Holding acreditam que a Holding tem capacidade para contratá-los. Para informações adicionais sobre empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

### **iv. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia utiliza capital de terceiros com linhas de crédito incentivada para capital de giro, dentre as quais destacam emissão debêntures e empréstimos bancários, principalmente Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”). Para financiamento de ativos não-circulantes da Companhia, os Diretores afirmam que são utilizadas linhas de crédito contraídas perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e emissão de debêntures. Para informações adicionais a respeito da estrutura de endividamento da Companhia, veja o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência

### **v. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os Diretores da Companhia afirmam que as deficiências de liquidez, caso ocorram, poderão ser cobertas por meio da linha de crédito que a Companhia possui aprovada junto ao BNDES para sustentar seu investimento em ativos não circulantes até o ano de 2013. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia possui uma linha de crédito específica contratada junto ao BNDES para financiar a construção do trecho ferroviário que liga as cidades de Alto Araguaia e Rondonópolis, ambas no Estado de Mato Grosso, obra que deve ser concluída em 2012.

Para informações a respeito dos limites contratados e/ou disponíveis, veja o item 10.1 “(g)” deste Formulário de Referência.

**vi. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

*Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes*

O saldo de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 está indicado na tabela abaixo:

<b>Endividamento</b> (em R\$ milhões)	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Empréstimos e financiamentos	3.208,7	3.039,1	2.874,8
Debêntures	2.423,0	1.726,8	1.725,1
<b>Total</b>	<b>5.631,7</b>	<b>4.765,9</b>	<b>4.599,9</b>

A tabela abaixo indica a distribuição dos saldos dos contratos de empréstimo e financiamento da companhia ao longo dos próximos anos até o ano de 2017:

Valores em R\$ mil							
Endividamento*	2012	2013	2014	2015	2016	A partir de 2017	Total
Empréstimos e Financiamentos	457.534	782.766	659.147	434.757	216.895	657.649	3.208.748
Debêntures	243.781	195.760	196.047	548.962	634.991	603.448	2.422.989
<b>Total</b>	<b>701.315</b>	<b>978.526</b>	<b>855.194</b>	<b>983.719</b>	<b>851.886</b>	<b>1.261.097</b>	<b>5.631.737</b>

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidos por fianças bancárias e aval.

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures são:

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>Taxa de Juros e Encargos</u>	<u>Vencimento</u>
Bancos Comerciais	107 % do CDI	Julho de 2015
Empréstimos	TJLP + 1,8%	Trimestrais/Mensais até Junho de 2017
<u>Debêntures</u>	<u>Taxa de Juros e Encargos</u>	<u>Vencimento</u>
5ª emissão	CDI + 2,40%	Setembro de 2014
6ª emissão	CDI + 2,40%	Julho de 2014
7ª emissão	IPCA + 3%	Outubro de 2012
8ª emissão - 1ª série	CDI + 1,65%	Abril de 2016
8ª emissão - 2ª série	IPCA + 8,40%	Abril de 2018
9ª emissão - 1ª série	CDI + 1,65%	Julho de 2016
9ª emissão - 2ª série	CDI + 1,65%	Julho de 2016

A tabela abaixo indica os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia em relação ao endividamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.



	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Controladora</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
Bancos Comerciais	107% do CDI	12,84%	Julho de 2015 Trimestrais/Mensais Até	210.524	209.416
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	7,80%	junho de 2017	53.195	62.872
<b>Em moeda nacional</b>					
Operações de "swap"				(10.260)	(6.782)
<b>Total controladora</b>				<b>253.459</b>	<b>265.506</b>
<b>Controladas</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
<b>ALL Malha Sul</b>				<b>1.581.859</b>	<b>1.477.480</b>
CCB	CDI + 1,25%	13,58%	Setembro de 2015	330.545	329.173
	CDI + 1,23%	13,56%	Outubro de 2014 Trimestrais	120.496	106.488
BNDES (Investimentos)	TJLP + 1,4%	7,40%	Até julho de 2022 Trimestrais/mensais	407.835	272.127
	TJLP + 2,5%	8,50%	Até junho de 2017 Trimestrais/mensais	230.460	257.077
	TJLP + 1,5%	7,50%	Até junho de 2022 Trimestrais/mensais	7.351	8.051
BNDES (FINAME)	TJLP + 1,8%	7,80%	Até junho de 2017	116.775	138.007
NCC	TJLP + 3,75%	9,75%	Janeiro de 2017	1.014	1.213
	105,9% do CDI	12,90%	Julho de 2015	45.170	56.260
	107,0% do CDI	13,03%	Março de 2013	205.375	204.683
NCE	11,77% Prê BRL	11,77%	Junho de 2013	82.678	73.920
NCE	12,07% Prê BRL	12,07%	Outubro de 2012	34.160	30.481
<b>ALL Intermodal</b>					
Investimentos BNDES					
FINAME			Trimestrais/mensais	-	15.145
	TJLP + 2,70%	8,70%	Até março de 2016	-	15.145
<b>Ritmo Logística</b>					
Investimentos BNDES					
FINAME				1.254	-
	12,70% / URTJLP	7,80%	Mensais até março de 2016	1.254	-
<b>ALL Malha Paulista</b>					
				<b>350.382</b>	<b>304.377</b>
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4% a.a.	7,40%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	250.953	172.129
	TJLP + 1,5%	7,50%	Trimestrais/mensais Até Outubro de 2022	4.620	4.961
	TJLP + 2,5%	8,50%	Trimestrais/mensais Até Outubro de 2017	94.809	107.024
CG	IGP-M	IGP-M	Janeiro de 2023	-	20.263

**Continuação**

<b>ALL Malha Norte</b>	<b>Encargos anuais</b>	<b>Taxa efetiva</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
				813.751	831.964
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	7,50%	Trimestrais/mensais até Setembro de 2016	352.286	460.775
	TJLP + 3%	9,00%	Trimestrais/mensais até Janeiro de 2016	128.554	160.037
	TJLP + 2,71%	8,71%	Trimestrais/mensais Setembro de 2029	251.541	162.474
	TJLP +1,4%	7,40%	Trimestrais/mensais Junho de 2022	81.370	46.672
	CDI + 1,5%	12,30%	Março de 2011	-	2.006
<b>ALL Malha Oeste</b>				<b>66.217</b>	<b>52.388</b>
Investimentos BNDES			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,4%	7,40%	Até Junho de 2022	66.217	52.388
<b>Terminal XXXIX</b>				<b>7</b>	<b>1.272</b>
Investimentos - BNDES	TJLP + 6%	12,00%	Trimestrais/Anuais Até janeiro 2012	7	1.272
<b>Brado Holding</b>				<b>51.085</b>	<b>-</b>
Bancos Comerciais	107% do CDI	12,84%	Julho de 2021	31.563	-
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	7,80%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2017	19.522	-
				<b>2.864.555</b>	<b>2.682.626</b>
<b>Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)</b>					
<b>ALL Malha Sul</b>					
Operações de swap				-	605
<b>ALL Malha Norte</b>					
Operações de swap				(1.844)	7.537
<b>ALL Malha Paulista</b>					
Operações de swap				75	386
				<b>(1.769)</b>	<b>8.528</b>
<b>Em moeda nacional</b>					
<b>ALL Malha Sul</b>					
Operações de swap				12.640	6.638
<b>ALL Malha Oeste</b>					
Operações de swap				(1.421)	-
				<b>11.219</b>	<b>6.638</b>

**Continuação**

Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$)

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>ALL Argentina</b>				<b>81.284</b>	<b>75.752</b>
Bancos Comerciais	16,50%	16,80%	Janeiro de 2012	9.748	1.394
Hipotecário	Dólar - 6,3%	Dólar -	Outubro de 2011	-	5.017
Itaú Buenos Aires	15,80%	15,80%	Janeiro de 2012	-	29.632
Patagonia	17,00%	17,00%	Julho de 2012	7.004	6.372
Santander	23,50%	23,50%	Dezembro de 2012	13.248	12.708
Citibank	15,25%	15,25%	Janeiro de 2012	30.025	15.518
Citibank	17,25%	17,25%	Agosto de 2012	3.589	-
Citibank	16,65%	16,65%	Junho de 2012	2.195	-
HSBC	16,00%	16,00%	Janeiro de 2012	15.475	5.111
<b>Total das controladas</b>				<b>2.955.289</b>	<b>2.773.544</b>
<b>Total consolidado</b>				<b>3.208.748</b>	<b>3.039.050</b>
Parcela no circulante				457.534	385.523
Parcela no exigível a longo prazo				2.751.214	2.653.527

***Outras relações de longo prazo com instituições financeiras***

Os Diretores da Companhia afirmam que, além dos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui as cartas de fiança bancária celebradas para garantia de cumprimento de obrigações pecuniárias decorrentes de eventuais condenações em processos judiciais:

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Data</u> <u>Celebração</u>	<u>de</u> <u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Banco Safra S.A.	05.10.2007	05.10.2012	R\$36.720.000,00

***Grau de subordinação entre as dívidas***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há grau de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia, dispondo todas da mesma prioridade para pagamento.

***Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário***

Os contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm as seguintes restrições:

<b>Contratos de empréstimo e financiamentos</b>	<b>Credor</b>	<b>Valor</b>	<b>Vigência</b>	<b>Alteração de Controle</b>	<b>Reorganização Societária</b>	<b>Alienação de Ativos</b>	<b>Distribuição de Dividendos</b>
Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A.	-	R\$700.000.000,00	21.0.2006 a 11.07.2014	X	X	X	X
Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A.	-	R\$200.000.000,00	16.09.2005 a 01.09.2014	X	X	X	X
Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07202143	BNDES	R\$222.860.848,00	17.05.2007 a 15.07.2017		X	X	
Swap	Banco Standard de Investimentos S/A	R\$200.000.000,00	15.05.2009 a 03.09.2012	X	X	X	
Termo de Securitização de Créditos Imobiliários	-	R\$147.785.000,15	20.02.2008 a 01.03.2018	X	X		
Cédula de	Banco		24.07.07	X	X	X	X

<b>Contratos de empréstimo e financiamento</b>	<b>Credor</b>	<b>Valor</b>	<b>Vigência</b>	<b>Alteração de Controle</b>	<b>Reorganização Societária</b>	<b>Alienação de Ativos</b>	<b>Distribuição de Dividendos</b>
Crédito Bancário	Bradesco S.A.	R\$200.000.000,00	a 16.07.2015				
Contrato de Prestação de Garantia Externa	Banco Santander (Brasil) S.A.	US\$8.000.000,00	16.11.2010 a 16.11.2011	X	X	X	
Escritura da Oitava Emissão de Debêntures Quirografárias e não conversíveis em ações da ALL América Latina Logística S.A.	-	R\$ 810.000.000,00	15/04/11 a 15/04/18	x	x	x	
Escritura da Nona Emissão de Debêntures Quirografárias e não conversíveis em ações da ALL América Latina Logística S.A.	-	R\$ 359.676.286,88	22/08/11 a 15/07/16	x	x	x	

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros à Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das Informações Trimestrais utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado	< 3,0	< 3,0	< 2,5	< 2,5	< 2,5

A *covenant* EBITDA sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior ALL – América Latina Logística Argentina S.A.. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2011	2012	2013	2014	2015
EBITDA/Resultado Financeiro Consolidado	> 2,0	> 2,0	> 2,0	> 2,0	> 2,0

Em todas as hipóteses acima mencionadas neste subitem (iv), será necessária a anuência das instituições financeiras credoras de tais empréstimos e financiamentos para a ocorrência de quaisquer um desses eventos, sob pena de declaração antecipada dos respectivos saldos devedores.

Nenhum dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contém cláusulas de restrição à emissão de novos valores mobiliários.

#### vii. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia tem duas linhas de financiamento contratadas com o BNDES: A primeira será utilizada para financiar os investimentos das concessionárias ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL Malha Paulista, ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. entre os anos de 2009 e 2012 e a segunda é específica para a construção do trecho ferroviário entre Alto Araguaia e Rondonópolis no Estado de Mato Grosso.

Valores em R\$ mil	Contratado	Tomado	Disponível
Projeto 2009 - 2012	2.213.553	835.028	1.378.524
Rondonópolis	691.952	250.686	441.265
<b>Total</b>	<b>2.905.504</b>	<b>1.085.714</b>	<b>1.819.790</b>

#### viii. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não serão objeto de análise desse item 10.1 (h) do Formulário de Referência, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos das normas estabelecidas pelos Pronunciamentos 15 a 43 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para fins de comparabilidade, bem como não foram reclassificadas pra tal.

Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

***Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.***

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação <sup>(2)</sup>
	2010	A.V.% <sup>(1)</sup>	2011	A.V.% <sup>(1)</sup>	2010/2011
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>2.753,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.173,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,2%</b>
Custos de serviços prestados	(1.537,1)	(55,8%)	(1.831,6)	(57,%)	19,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.216,4</b>	<b>44,2%</b>	<b>1.341,6</b>	<b>42,3%</b>	<b>10,3%</b>
Receitas (despesas) operacionais	(163,4)	(5,9%)	(173,4)	(5,5%)	6,1%
Com vendas, gerais e administrativas	(180,0)	(6,5%)	(175,7)	(5,5%)	(2,4%)
Outros	16,6	0,6%	2,3	0,1%	(86,4%)
<b>Resultado de participação acionária</b>	<b>(31,1)</b>	<b>(1,1%)</b>	<b>(19,2)</b>	<b>(0,6%)</b>	<b>(38,2%)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das despesas financeiras líquidas</b>	<b>1.021,9</b>	<b>37,1%</b>	<b>1.149,0</b>	<b>36,2%</b>	<b>12,4%</b>
Despesas financeiras líquidas	(813,3)	(29,5%)	(914,9)	(28,8%)	12,5%
<b>Lucro (prejuízo) Operacional</b>	<b>208,6</b>	<b>7,6%</b>	<b>234,1</b>	<b>7,4%</b>	<b>12,2%</b>
Imposto de Renda	37,2	1,4%	17,1	0,5%	(54,0%)
Participações de não controladores	(6,0)	(0,2%)	(6,3)	(0,2%)	5,9%
<b>Lucro líquido</b>	<b>239,8</b>	<b>8,7%</b>	<b>244,9</b>	<b>7,7%</b>	<b>2,1%</b>

<sup>(1)</sup> Análise vertical que é a participação percentual dos itens sobre a receita líquida no mesmo período.

<sup>(2)</sup> Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

***Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.***

*Receita Líquida de Serviços*

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 15,2%, passando de R\$2.753,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.173,2 milhões no mesmo período em 2011. Esse crescimento reflete o aumento de 7,7% no volume transportado na ALL Operações Ferroviárias e pelo no início das operações da Brado Logística no segundo trimestre de 2011 e da Ritmo Logística no terceiro trimestre de 2011.

*Custo dos Serviços Prestados*

O custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 19,2%, passando de R\$1.537,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.831,6 milhões no mesmo período em 2011, refletindo o crescimento dos resultados operacionais da companhia, bem como o aumento da depreciação do período em virtude dos investimentos realizados.

#### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais consolidadas da Companhia caíram 1,0%, passando de R\$194,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$192,6 milhões no mesmo período em 2011, refletindo o bom controle das despesas fixas da Companhia.

#### *Despesas Financeiras Líquidas*

As despesas financeiras líquidas consolidadas da Companhia cresceram 12,5%, passando de R\$813,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$914,9 milhões no mesmo período em 2011, refletindo, principalmente, as maiores taxa de juros no Brasil bem como ao aumento do endividamento da Companhia.

#### *Imposto de Renda*

O imposto de renda consolidado caiu 19,4%, passando de R\$45,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$36,4 milhões no mesmo período em 2011.

#### *Lucro Líquido*

Como consequência dos resultados discutidos acima, o lucro líquido consolidado da Companhia apresentou um aumento de 2,1%, passando de R\$239,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$244,9 milhões no mesmo período em 2011.

#### ***Análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2010***

Esta seção trata da análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	31.12.2010	A.V.% <sup>(1)</sup>	31.12.2011	Variação <sup>(2)</sup>	
				A.V.% <sup>(1)</sup>	A.H.% <sup>(2)</sup>
<b>ATIVO</b>					
Disponibilidades e valores equivalentes	1.974,6	15,8%	2.099,7	14,8%	6,3%
Clientes e	231,4	1,8%	271,8	1,9%	17,5%



	31.12.2010	A.V.%( <sup>1</sup> )	31.12.2011	Variação( <sup>2</sup> )	
				A.V.%( <sup>1</sup> )	A.H.%( <sup>2</sup> )
operações a receber					
Estoques	105,1	0,8%	124,3	0,9%	18,3%
Créditos com congêneres	1,3	0,0%	1,6	0,0%	21,9%
Arrendamentos	6,2	0,0%	6,2	0,0%	0,0%
Impostos e contribuições a recuperar	277,0	2,2%	363,5	2,6%	31,2%
Dividendos e juros s/ capital próprio	-	-	0,3	0,0%	-
Adiantamentos e outras contas a receber	95,2	0,8%	80,9	0,6%	(15,0%)
Despesas antecipadas	12,7	0,1%	13,5	0,1%	6,7%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.703,4</b>	<b>21,6%</b>	<b>2.962,0</b>	<b>20,9%</b>	<b>9,6%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Arrendamentos	94,7	0,8%	88,4	0,6%	(6,7%)
Impostos e contribuições a recuperar	313,6	2,5%	363,1	2,6%	15,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	457,4	3,7%	509,6	3,6%	11,4%
Depósitos restituíveis e valores vinculados	348,0	2,8%	353,9	2,5%	1,7%
Outros valores realizáveis	40,3	0,3%	67,9	0,5%	68,7%
Despesas antecipadas	7,9	0,1%	7,4	0,1%	(6,0%)
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>1.261,9</b>	<b>10,1%</b>	<b>1.309,4</b>	<b>9,8%</b>	<b>10,2%</b>
<b>PERMANENTE</b>					
Investimentos	7,5	0,1%	9,9	0,1%	32,1%
Intangível	2.535,1	20,2%	2.518,0	17,8%	(0,7%)
Imobilizado	6.012,0	48,0%	7.261,9	51,3%	20,8%
<b>Total do ativo permanente</b>	<b>8.554,5</b>	<b>68,3%</b>	<b>9.789,7</b>	<b>69,2%</b>	<b>14,4%</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>9.816,4</b>	<b>78,4%</b>	<b>11.180,1</b>	<b>79,1%</b>	<b>13,9%</b>
<b>TOTAL DO</b>	<b>12.519,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.142,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,0%</b>

	31.12.2010	A.V.% <sup>(1)</sup>	31.12.2011	Variação <sup>(2)</sup>	
				A.V.% <sup>(1)</sup>	A.H.% <sup>(2)</sup>
<b>ATIVO</b>					
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	345,4	2,8%	462,9	3,3%	25,4%
Empréstimos e financiamentos	385,5	3,1%	457,5	3,2%	15,7%
Debêntures	261,2	2,1%	243,8	1,7%	(7,1%)
Obrigações fiscais	43,3	0,3%	43,2	0,3%	(0,4%)
Débitos com congêneres	3,3	0,0%	2,4	0,0%	(39,4%)
Arrendamentos e concessões	35,3	0,3%	26,6	0,2%	(32,5%)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	78,7	0,6%	97,1	0,7%	18,9%
Adiantamento de clientes	69,5	0,6%	96,3	0,7%	27,9%
Arrendamento mercantil	239,4	1,9%	235,9	1,7%	(1,5%)
Parcelamentos fiscais e previdenciários	17,7	0,1%	35,2	0,2%	49,8%
Outras contas a pagar	12,0	0,1%	26,0	0,2%	53,9%
Receitas diferidas	2,6	0,0%	2,6	0,0%	0,0%
Antecipação de créditos imobiliários	151,6	1,2%	151,6	1,1%	0,0%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	58,3	0,4%	60,1	0,4%	2,9%
<b>Total do circulante</b>	<b>1.703,7</b>	<b>13,5%</b>	<b>1.941,1</b>	<b>13,7%</b>	<b>12,2%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.653,5	21,2%	2.751,2	19,5%	3,6%
Debêntures	1.465,6	11,7%	2.179,2	15,4%	32,7%
Provisão para contingências	203,3	1,6%	209,7	1,5%	3,0%
Arrendamentos e concessões	1.114,8	8,9%	1.296,4	9,2%	14,0%
Arrendamento mercantil	856,7	6,8%	1032,5	7,3%	17,0%
Parcelamentos fiscais e previdenciários	188,6	1,5%	182,8	1,3%	(3,2%)
Antecipação de créditos imobiliários	466,4	3,7%	422,2	3,0%	(10,5%)
Outras exigibilidades	8,9	0,1%	11,7	0,1%	24,0%

	31.12.2010	A.V.% <sup>(1)</sup>	31.12.2011	Variação <sup>(2)</sup>	
				A.V.% <sup>(1)</sup>	A.H.% <sup>(2)</sup>
Receitas diferidas	30,3	0,2%	27,7	0,2%	(9,4)
<b>Total do não circulante</b>	<b>6.988,2</b>	<b>55,8%</b>	<b>8.113,4</b>	<b>57,4%</b>	<b>13,9%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	3.433,9	27,4%	3.433,9	24,3%	0,0%
Reserva de capital	36,9	0,3%	63,0	0,4%	41,4%
Reserva de lucros	341,6	2,8%	530,1	3,7%	35,6%
Ajustes patrimoniais	(13,8)	(0,1%)	(19,0)	(0,1%)	27,7%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10,0	0,1%	12,3	0,1%	18,7%
	<b>3.808,6</b>	<b>30,4%</b>	<b>4.020,3</b>	<b>28,4%</b>	<b>5,3%</b>
Acionistas não controladores	19,3	0,2%	67,3	0,5%	71,2%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.080,6</b>	<b>24,6%</b>	<b>4.087,6</b>	<b>28,9%</b>	<b>6,4%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.519,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.142,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,5%</b>

(1) Análise vertical que é a participação percentual dos itens sobre o total do ativo/passivo no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

***Análise do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2009 comparado com o Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2010***

*Disponibilidades e valores equivalentes*

Os valores de disponibilidades e valores equivalentes totalizaram R\$2.099,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 4,6% em comparação com R\$2.200,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Os valores foram impactados pelos investimentos realizados pela Companhia no projeto Rondonópolis, em malha ferroviária e em material rodante. O restante da variação corresponde aos eventos normais de pagamentos e recebimentos relacionados aos negócios da Companhia.

*Cientes e operações a receber*

O saldo de clientes e operações a receber da Companhia caiu 20,7%, passando de R\$ 231,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 271,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. O impacto nesses valores decorreu, principalmente, de melhoras apresentadas

no prazo de recebimento da Companhia, apesar do aumento dos seus resultados operacionais.

#### *Estoques*

Os estoques totalizaram R\$124,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 18% em comparação com R\$105,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento reflete, principalmente, a aquisição de trilhos e dormentes para aplicação no trecho ferroviário dos municípios de Alto Taquari a Rondonópolis, ambos no Estado do Mato Grosso do Sul, da controlada ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A..

#### *Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar totalizaram R\$726,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 15% quando comparados aos R\$633,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorreu do aumento de créditos na compensação com impostos a recolher durante o exercício social de 2011, principalmente ICMS, PIS e COFINS e IRFF.

#### *Imobilizado*

O imobilizado da Companhia totalizou R\$7.261,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 21% quando comparados aos R\$6.012,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. O impacto nesses valores decorreu da ampliação da malha ferroviária relacionada ao projeto Rondonópolis, além do plano de investimentos anual da Companhia relacionado à aquisição de material rodante e melhoria da malha ferroviária.

## PASSIVO

#### *Fornecedores*

Os fornecedores da Companhia totalizaram R\$462,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando um aumento de 34%, quando comparados aos R\$345,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu dos (i) adiantamentos efetuados pela Companhia aos fornecedores envolvidos no projeto Rondonópolis e (ii) da redução dos prazos médios de pagamento da Companhia.

#### *Debêntures*

O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$2.423,0 milhões, apresentando um aumento de 40%, quando comparados aos R\$1.726,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, em função das novas debêntures emitidas durante 2011, a 8º e a 9º.

#### *Arrendamentos e Concessões*



Em 31 de dezembro de 2011, arrendamentos e concessões de curto e longo prazo totalizaram R\$1.323,0 milhões, representando um aumento de 15%, quando comparados aos R\$1.150,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu da adição das parcelas vencidas em 2011, tendo em vista que Companhia discute o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e arrendamento da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. Tais valores são garantidos por fianças bancárias.

#### *Arrendamento mercantil*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de arrendamento mercantil de curto e longo prazo da Companhia totalizou R\$1.268,4 milhões, representando um aumento de 16%, quando comparados aos R\$1.096,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento reflete a aquisição de novos vagões via arrendamento durante o período.

#### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$4.020,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 6%, quando comparados aos R\$3.808,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento reflete principalmente o lucro líquido do exercício de 2011 no montante de R\$244,9 milhões.

## **10.2. Resultado operacional e financeiro**

### **Resultados das operações da Companhia**

#### *Descrição de componentes importantes da receita*

Os Diretores da Companhia esclarecem que grande parte da receita da Companhia é denominada em reais, com exceção das receitas provenientes das operações na Argentina, que são denominadas em pesos e convertidas em reais na data de fechamento do balanço, e provém da prestação de serviços de logística, incluindo transporte ferroviário nacional e internacional, transporte intermodal porta-a-porta, serviços de distribuição e de armazenamento. Os serviços são prestados no Brasil e na Argentina por três unidades de negócios: *commodities* agrícolas, produtos industriais e serviços rodoviários.

#### *Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais*

Os Diretores da Companhia entendem que os diversos fatores podem afetar materialmente a condição financeira, a liquidez ou os resultados operacionais da Companhia, influenciando seus resultados futuros que poderão diferir de maneira significativa das declarações e projeções por ela divulgadas. Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores que podem impactar os resultados operacionais da Companhia são:

a implantação de estratégias operacionais, incluindo aquisições atuais ou potenciais, *joint-ventures* e outras oportunidades de investimento. Os Diretores da Companhia afirmam que a implantação de estratégias operacionais, aquisições e outras oportunidades é baseada em planos de negócios realizados pela Companhia, que incluem premissas e estimativas, e que são realizados com as informações disponíveis à época. A não ocorrência destas premissas bem como novas informações relevantes, além da dificuldade na execução dos planos, podem impactar os planos da Companhia;

condições econômicas gerais no Brasil e na Argentina, tais como os índices de crescimento econômico, flutuações nas taxas de juros ou inflação. Os Diretores da Companhia afirmam que a companhia possui dívidas financeiras atreladas a taxas de juros flutuantes, como o CDI e que flutuações nessas taxas podem onerar o resultado da Companhia;

condições sociais e políticas gerais no Brasil e na Argentina. Os Diretores da Companhia afirmam que as condições econômicas e sociais de ambos os países podem impactar os negócios da Companhia, uma vez que seu crescimento, bem como o crescimento de sua receita depende em parte do crescimento de PIB destes países e das condições para exportações;

intervenção governamental, resultando em mudanças no ambiente econômico, fiscal, tarifário ou regulatório no Brasil, ou em outros países nos quais a Companhia atua, inclusive na Argentina. Os Diretores da Companhia afirmam que mudanças fiscais e/ou tarifárias, por exemplo, podem impactar diretamente em aumento de custos da Companhia e redução na sua capacidade de geração de caixa;

condições do setor, tais como a intensidade da demanda por serviços, a intensidade da concorrência, pressões sobre a formação de preços, a introdução de novos serviços pela Companhia ou por suas concorrentes, mudanças na tecnologia e na capacidade de obter equipamentos de fornecedores sem interrupções e a preços razoáveis, e as condições financeiras de seus clientes;

fatores operacionais e atividades tecnológicas e o consequente alcance de melhores níveis de eficiência e produtividade. Os Diretores da Companhia afirmam que o plano de negócio da Companhia se embasa em ganhos de produtividade em função de investimentos em tecnologia operacional e que a não realização desses investimentos pode impactar a Companhia;

alteração nos volumes transportados, medidos em TKU (Tonelada- Kilometro Útil) para o segmento ferroviário e KR (Kilometro Remunerado) para o segmento rodoviário. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia;

variação nas tarifas de transporte praticadas pela Companhia. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia; e

acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

**a. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A tabela abaixo indica a receita líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
	<i>(em R\$ milhões)</i>		
América Latina Logística S.A.	3.173,2	2.753,5	2.471,7

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações nas receitas durante os anos de 2009 a 2011 deveram-se, principalmente, ao aumento no volume ferroviário e rodoviário transportado, às variações nas tarifas de transporte praticadas nos respectivos períodos e a questões operacionais que podem influir na receita por meio da diminuição da capacidade produtiva, quais sejam acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 15,2%, passando de R\$2.753,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.173,2 milhões no mesmo período em 2011. Esse crescimento reflete o aumento de 7,7% no volume transportado na ALL Operações Ferroviárias e pelo no início das operações da Brado Logística no segundo trimestre de 2011 e da Ritmo Logística no terceiro trimestre de 2011.

A variação positiva de 11,4% na receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período em 2009, é decorrente, em parte, (i) do aumento da exportação de grãos, principalmente milho e açúcar; (ii) consistente curva de expansão dos fluxos intermodais no segmento de produtos industriais; (iii) melhorias operacionais; e (iv) aumento de 10,8% no volume de transporte que passou de 38.935 milhões de TKUs em 2009 para 43.138 milhões em 2010.

A Companhia também esclarece que durante o ano de 2011 criou duas novas subsidiárias, a Brado Logística e a Ritmo Logística. A Brado é uma empresa que busca desenvolver soluções logísticas para o mercado de contêineres. Já a Ritmo oferece serviços de logística rodoviária.

**b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Os Diretores da Companhia esclarecem que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil, tendo em vista que as operações da Companhia na Argentina são pouco relevantes para fins desse item 10.2 (c).

A inflação poderá afetar o desempenho financeiro e os resultados operacionais da Companhia, uma vez que uma expressiva parcela de seus custos, principalmente com combustíveis, e despesas incorre em reais e está sujeita aos efeitos da inflação ou é por ela reajustada. Uma taxa de inflação mais elevada no Brasil poderá aumentar o custo dos principais suprimentos necessários às atividades da Companhia. Os contratos comerciais celebrados pela Companhia com seus clientes são indexados pelas variações (i) da taxa do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, e (ii) dos preços do diesel. Dessa forma, a Companhia consegue se proteger de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dessas variações, diminuindo impactos em seus resultados financeiros. Adicionalmente, a Companhia possui diversos contratos financeiros indexados pelo IGPM, inclusive passivos de arrendamento. Variações significativas das taxas de inflação poderão aumentar o passivo da Companhia, bem como suas despesas financeiras.

A Companhia está sujeita à possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, tendo em vista que parte dos produtos utilizados pela Companhia em suas atividades são adquiridos no mercado externo em moeda estrangeira. Eventuais flutuações cambiais podem aumentar os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como reduzir saldos de aplicações ou outros ativos.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de flutuação da taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. Os Diretores da Companhia consideraram como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2012, segundo projeções macroeconômicas:

**Risco de Apreciação da Taxa de Juros**

Operação	Risco	Valor Nocial	Valor Justo em 31/12/11	Cenário Provável	25%	50%
<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Debêntures 3ª Emissão	CDI	166.666	8.720	18.915	23.644	28.373
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	CDI	(166.666)	(8.720)	(18.915)	(23.644)	(28.373)
NCC	CDI	211.119	695	22.033	27.541	33.050
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	CDI	(211.119)	(695)	(22.033)	(27.541)	(33.050)
CCB	CDI	90.489	10.192	13.724	16.784	19.843
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	CDI	(90.489)	(10.192)	(13.718)	(16.776)	(19.834)
CCB	CDI	340.736	641	37.849	46.272	54.694
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	CDI	(340.736)	(641)	(37.847)	(46.269)	(54.691)
Dbênture 9ª Emissão	CDI	367.590	1.039	45.092	54.790	64.489
Swap Ponta Ativa - Contraparte Morgan Stanley	CDI	(367.590)	(1.039)	(45.092)	(54.790)	(64.489)

**Referências**

CDI Médio (a.a.)	10,00%	12,50%	15,00%
------------------	--------	--------	--------

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.



Para evitar impactos relevantes em seu resultado financeiro em decorrência das variações das taxas de câmbio a Companhia tem como política a utilização de instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores, tendo em vista as taxas de juros aplicáveis às debêntures da 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> emissão da Companhia, bem como aos empréstimos e financiamentos por ela contratados. Eventuais variações nas taxas de juros ou nos demais indexadores das dívidas contraídas pela Companhia poderão aumentar a despesa financeira ou reduzir a receita financeira oriunda das aplicações da Companhia.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2012. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

**Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido**

Operação	Risco	Cenário Provável	+25%	+50%
<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
<b>CAIXA</b>				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	199.552	249.440	299.329
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	15.091	15.091	15.091
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>				
FINANCIAMENTOS Indexados à TJLP	TJLP	163.899	195.238	226.576
FINANCIAMENTOS Indexados ao CDI	CDI	199.246	241.899	284.552
FINANCIAMENTOS Pré / Pós Fixados via swap conforme item b	PRÉ/PÓS	80.611	80.611	80.611
PONTA PASSIVA - Swaps USD X %CDI	CDI	(3.963)	39.384	82.732
DEBÊNTURES Indexadas ao CDI	CDI	154.003	187.567	221.132
DEBÊNTURES Pré Fixados via swap conforme item b	PRÉ	71.119	71.119	71.119
DEBÊNTURES Indexadas ao IPCA	IPCA	42.398	46.751	51.104
ANTECIPAÇÕES de Créditos Imobiliários Indexados ao CDI	CDI	70.691	85.281	99.870
Impostos Parcelados	CDI	(21.241)	(26.551)	(31.862)
CDI Médio (a.a.)		10,00%	12,50%	15,00%
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
IPCA		5,40%	6,75%	8,10%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida. Para cobrir parcialmente esta exposição, a Companhia contrata operações de *swap*.

### **10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.**

#### **Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

#### **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 1º de abril de 2011 houve entraram em vigor os contratos relacionados a constituição da Brado Holding S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.341.295/0001-49, (“Brado Holding”) e da Brado Logística e Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF n. 12.341.618/0001-02 (“Brado Logística”, em conjunto com a Brado Holding, “Brado”), com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, especificamente para atuar no segmento de contêineres, com o objeto de transporte, armazenagem, operação de terminais e retroáreas portuárias, *handling* e outros serviços logísticos. O impacto da efetivação desta operação, sob a ótica do CPC 15 – Combinação de Negócios não foi relevante.

Em reunião realizada em 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de todos os contratos e atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de constituição da Ritmo Logística S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.898.982/0001-60, (“Ritmo”), visando à consolidação e combinação das operações de transporte rodoviário entre a ALL – América Latina Logística Intermodal S.A. (empresa controlada pela Companhia) e a Ouro Verde Transporte e Locação S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 75.609.123/0001-23. O impacto da efetivação desta operação, sob a ótica do CPC 15 – Combinação de Negócios não foi relevante.

Em reunião realizada em 19 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de todos os contratos e atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de constituição da Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), visando a implementação e operação de uma solução integrada para logística, extração, beneficiamento e exportação de minério. Esta operação será efetivada durante o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2011 e o impacto da efetivação nas demonstrações financeiras da Companhia será avaliado após o fechamento da transação, sob a ótica o Pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios

Além da operação descrita acima, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante para Companhia, considerando que após a efetivação das operações societárias descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência não houve qualquer ganho de capital, ágio ou deságio, já que referidas operações foram realizadas pelo valor patrimonial das sociedades envolvidas.

## **Eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia afirmam que não ocorreram eventos ou operações não usuais não refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **10.4. Comentários dos Diretores**

#### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não há.

#### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não há.

#### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Conforme descrito na nota explicativa 3.2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ALL – América Latina Logística S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Conforme mencionado na Nota 5 (a), em 20 de outubro de 2006 as controladas indiretas América Latina Logística Central S.A. (“ALL Central”) e América Latina Logística – Mesopotâmica S.A. (“ALL Mesopotâmica”), assinaram com o Estado Nacional Argentino “Cartas de Entendimento”, como parte do processo de renegociação de seus contratos de concessão. Na data de emissão desse Parecer a Administração das subsidiárias e seus assessores legais entendem que o processo de renegociação dos contratos ainda não se finalizou, devido à ausência de aprovação por parte do Poder Executivo daquele país.

Os principais efeitos do novo regime contratual que está sendo negociado também estão sendo descritos na Nota 5 (a). As subsidiárias estimaram o valor recuperável de seus ativos permanentes e de certos impostos a recuperar, em 31 de dezembro de 2011, tendo por base estudos de fluxos de caixa que consideram as modificações propostas nas “Cartas de Entendimento” anteriormente mencionadas, as quais a Administração das subsidiárias considera necessárias para o cumprimento de seus planos de negócios. A recuperabilidade do valor dos ativos permanentes e dos impostos a recuperar, presentemente, depende de que o Poder Executivo Nacional Argentino aprove a renegociação do contrato de concessão (aprovada, previamente, pela “Comisión Bicameral de Seguimiento de Privatizaciones” daquele país), e o sucesso da implementação do plano de negócios elaborado pela Administração. A resolução dessas questões encontra-se ainda pendente na data desse Relatório e, conseqüentemente, as presentes demonstrações financeiras não contemplam nenhum ajuste e/ou reclassificação advindos dos efeitos que poderiam derivar das mencionadas incertezas.

Conforme descrito na Nota 7, a controlada indireta ALL Central interrompeu o reconhecimento de receitas vinculadas aos pedágios da “Unidad Ejecutora del Programa Ferroviário Provincial (U.E.P.F.P.)” à partir de janeiro de 2002. Esta decisão se fundamenta, basicamente, na falta de reconhecimento dos serviços prestados por parte da referida Unidade. No exercício de 2004, a ALL Central iniciou uma demanda junto ao Tribunal Contencioso Administrativo Federal da Província de Buenos Aires, requerendo o pagamento dos valores de pedágios, referentes ao período entre 1993 e 1996. Suportada, na opinião de seus assessores jurídicos, de que a ação de cobrança dos montantes ajuizada contra a U.E.P.F.P. tem uma probabilidade de êxito relativamente alta, a Administração não registrou provisão para perdas do valor a receber registrado na ALL Argentina no valor aproximado de R\$ 2.076 mil (P\$ 4.762 mil). Por outro lado, e em função de acordos celebrados com os acionistas anteriores, a ALL Argentina registra um passivo de valor similar, em virtude da obrigação de reembolsar 50% dos montantes recuperados, referentes aos pedágios incorridos nos períodos que antecederam à data de aquisição da ALL Central e da ALL Mesopotâmica. As demonstrações financeiras não contemplam possíveis ajustes ou reclassificações que poderiam surgir como resultado destas discussões.

#### **10.5. Indicação e comentários acerca das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia**

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Os Diretores da Companhia entendem que as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e adotar premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações, que podem afetar os valores apresentados de receitas, despesas de ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. As Demonstrações Financeiras da Companhia incluem, portanto, diversas estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, os Diretores da Companhia fizeram os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

#### *Compromissos de arrendamento mercantil*

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação desses arrendamentos como operacionais ou financeiros é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

#### **Estimativas e premissas**

Segue abaixo a discussão dos Diretores da Companhia sobre as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Adicionalmente, em relação ao ágio registrado no investimento da Companhia, classificado no Intangível no consolidado, os Diretores da Companhia esclarecem que:

(i) O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões.

(ii) Na ALL – América Latina Logística Argentina S.A. (“ALL Argentina”) o ágio é fundamentado em rentabilidade futura quando da aquisição das ações da ALL – América Latina Logística Central S.A. e ALL – América Latina Logística

Mesopotâmica S.A., em 26 de maio de 1999, sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão. O valor original constituído em pesos argentinos é de P\$ 67,6 milhões.

(iii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“ALL Malha Oeste”), ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (“ALL Malha Paulista”) e ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., amortizado pelo prazo do contrato.

Nesse sentido, os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que o ágio pago em combinações de negócios foi alocado a dois grupos de Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:

- ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“ALL Malha Norte”) (composta pelas empresas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL Malha Oeste e ALL Malha Norte); e
- Malha Argentina (composta pelas empresas que atuam na Argentina).

O valor recuperável da ALL Malha Norte foi determinado em dezembro de 2011, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,2% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados utilizando uma taxa de crescimento de 1,0%, que a Companhia considera conservadora em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, os Diretores da Companhia não identificaram a necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 2.452,0 milhões (R\$ 2.495,8 milhões em 31 de dezembro de 2010).

Em dezembro de 2010, a Companhia avaliou o valor recuperável da Malha Argentina através de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções futuras de fluxo de caixa em dólares americanos considerando orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, cobrindo um período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, foi de 11,89% a.a. (em USD).

Em 30 de junho de 2011, a Administração reviu suas estimativas de recuperação do ágio na ALL Argentina, e o saldo remanescente nesta data, no montante de R\$ 12.883, foi baixado contra o resultado do período.

#### *Transações com pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o

que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembléia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

	<u>2009</u>
Volatilidade esperada (%)	36.4%
Taxa de juros livre de risco (%)	6% + IGPM
Prazo de vida esperado da opção (anos)	5,5
Preço médio ponderado das ações (R\$)	11,00
Modelo de precificação usado	Black & Scholes

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo dos Diretores da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido,

com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 5.153,0 milhões (em 2010 R\$ 5.080,1 milhões). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e recomendações presentes no relatório do auditor.**

#### **a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia afirmam que a avaliação dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras tem por objetivo fornecer conforto em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.



Os Diretores da Companhia explicam que os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que:

- se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as operações da Companhia;
- fornecem segurança de que as operações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que o fluxo financeiro é gerido de acordo com autorizações da Administração e dos diretores da Companhia; e
- fornecem segurança de que operações não autorizadas pela Administração da Companhia, sejam detectadas e não tenham efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Os Diretores da Companhia explicam que a Administração da Companhia efetuou uma avaliação acerca dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e concluiu que a estrutura de Controles Internos referentes à preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia é adequada.

Os Diretores da Companhia entendem que o não há imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Quando são identificadas deficiências nesses sistemas, a Companhia toma as medidas necessárias para sua correção. Adicionalmente, a Companhia procura adotar todas as recomendações fornecidas pelos auditores independentes em relação ao surgimento de eventuais deficiências com o objetivo de evitar sua ocorrência. Adicionalmente, a Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado.

As imperfeições nos controles internos da Companhia que geraram as recomendações previstas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 decorreram dos seguintes fatores: (i) Atualização incorreta de adiantamentos de clientes; (ii) Ausência de conciliação tempestiva de recebimentos e pagamentos.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Deficiência Identificada	Recomendação	Comentário da Administração
Ausência parcial de parâmetros de segurança de acesso a sistemas operacionais utilizados na Companhia.	Configurar os parâmetros de segurança de acesso de acordo com a configuração sugerida pelos auditores externos.	A companhia implementou parcialmente recomendação, por entender que o risco envolvido é pequeno, e há outros controles que mitigam os riscos apontados.
Atualização incorreta dos	Recomenda-se que o departamento de contas a receber da Companhia crie um	Para o exercício de 2012, todos os contratos foram revisados e as deficiências

adiantamentos de clientes	processo de revisão periódica dos contratos de adiantamentos de clientes vigentes, para evitar diferenças nos critérios de atualização dos mesmos em relação ao contrato.	foram corrigidas.
Ausência de Conciliação Tempestiva de Recebimentos e Pagamentos	Recomenda-se que a companhia implemente uma rotina de conciliação contábil para estas contas.	A companhia alocava depósitos não identificados e pagamentos parciais nas contas de clientes e fornecedores sem referenciar os respectivos títulos. Passaremos a adotar o processo de referenciação dos títulos para melhor evidência da conciliação.
Reconhecimento da receita efetuado no início da prestação do serviço	Reconhecimento da receita de acordo com o estágio em que se encontra o serviço, ou na conclusão do mesmo.	A Companhia reconhece a receita e o custo do serviço prestado no mesmo momento, assim, o impacto é imaterial. A alteração na forma de reconhecimento da receita, no formato “transit time” oneraria o resultado, não trazendo benefício relevante.

## 10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.

### Forma de utilização dos recursos resultantes

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011. Os recursos resultantes da oferta pública realizada em 2006 foram destinados ao pagamento de empréstimos de curto prazo, tomados para a reestruturação da Brasil Ferrovias S.A. (capital de giro) e respectivas subsidiárias, e para utilização no programa de investimentos no grupo da Companhia.

### Desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Os Diretores da Companhia afirmam que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

### Razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram desvios relevantes.

## 10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

*Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que as controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A., no âmbito das concessões de serviço público de transporte ferroviário, firmaram contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Estes contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis operacionais e suas obrigações são registradas linearmente, em conformidade com seus prazos, nos termos do Pronunciamento 06 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, motivo pelo qual não são contabilizados no ativo consolidado da Companhia.

***Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

***Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

***Contratos de construção não terminada***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

***Contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

**Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, exceto os mencionados acima.

**10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

**a. Alterações geradas nas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não prevê alteração relevante de seu resultado por conta dos contratos de arrendamento e das operações de arrendamento mercantil operacional, uma vez que as despesas oriundas de tais transações já são registradas correntemente no resultado da companhia, nos termos do Pronunciamento 6 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos. O impacto das

amortizações e despesas apropriadas, referente ao contrato de arrendamento firmado com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A, nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2010 foram de, aproximadamente, R\$ 117 milhões e R\$ 126 milhões, respectivamente.

#### **b. Natureza e o propósito da operação**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza da operação amparada no contrato de arrendamento firmado com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. é a de utilizar pelo prazo de vigência dos contratos celebrados os bens arrendados e a malha ferroviária relacionada, com o propósito de atender a demanda por transporte ferroviário, conforme metas pré-estabelecidas.

#### **c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza das obrigações futuras assumidas pelas concessionárias através dos contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. são parcelas pagas trimestralmente, cujo valor total atualizado, seria de cerca de R\$817,8 milhões. Em contra-partida, as concessionárias têm o direito de utilizar os bens arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. pelo prazo da concessão de cada uma das malhas ferroviárias.

### **10.10. Comentários acerca dos principais elementos do plano de negócios da Companhia**

#### **a. Investimentos**

##### **i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, há necessidade de investimentos para: (i) aumento marginal da frota de locomotivas e vagões; (ii) modernização da operação; (iii) recuperação da via com substituição e instalação de dormentes e trilhos; (iv) construção e ampliação de pátios de cruzamento; e (v) investimentos em segurança e manutenção.

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentro de seu negócio, a Companhia define como investimentos todos os gastos que tem como finalidade: (i) aumento da capacidade de transporte; e (ii) melhorias na qualidade dos processos operacionais, resultando em benefícios para a Companhia, clientes e colaboradores. As projeções de investimentos anuais para as operações ferroviárias da ALL é de R\$650 milhões, sendo que cerca de 50% desses recursos é destinado a investimentos em expansão, enquanto os outros 50% são destinados a investimentos em manutenção. Além desses investimentos em 2012 a Companhia irá também investir cerca de R\$150 milhões no

Projeto Rondonópolis, que contempla a obra de expansão da malha ferroviária no Mato Grosso em 260 km.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em expansão está subdividido em: (i) aquisição de novas locomotivas; (ii) obras na via permanente como adição de pátios de cruzamento, e troca de trilhos para aumento de capacidade; e (iii) outros investimentos referentes a sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos não apresentam relação linear ou certa entre material rodante, via permanente e pátios, sendo realizados de acordo com o trecho.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em manutenção, por sua vez, está subdividido em: (i) manutenção de locomotivas e vagões; (ii) manutenção da via permanente com reparos e substituição de trilhos e dormentes; e (iii) outros investimentos referentes à manutenção de sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos compreendem todas as melhorias realizadas ao longo de 21.300 quilômetros de linha férrea, reparos na frota de material rodante da Companhia.

Informações qualitativas e quantitativas dos principais investimentos da Companhia estão descritas no item 10.10 (c) iii e iv abaixo.

## **ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

Conforme informado no item 10.1 deste Formulário de Referência, os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de resultados operacionais, e financiamentos e linhas de crédito fornecidas tanto por bancos privados de grande porte, como também por bancos públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Desde o início das operações, o BNDES se mostrou um parceiro importante para o desenvolvimento de nossa infraestrutura, suportado por meio de linhas de crédito de longo prazo, o plano de investimento da Companhia. Atualmente possuímos uma linha de crédito aprovada em 2009 com 5 anos de duração, e aproximadamente R\$1,8 bilhão a ser desembolsado na medida em que os investimentos forem realizados.

Em 2008 emitimos via nossas controladas debêntures totalizando R\$500 milhões, totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Tal emissão teve o objetivo de suportar os investimentos da Companhia entre os anos de 2008 e 2010.

Em 2009, realizamos uma emissão privada de debêntures totalizando R\$1,3 bilhão, no entanto sem o objetivo específico de levantar fundos para o financiamento de investimentos. Nesta época, o movimento fez-se necessário objetivando flexibilizar a estrutura de capital da empresa, dadas algumas restrições de controle acionário impostas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres.

Em 2011, realizamos duas emissões públicas de debêntures totalizando R\$1,2 bilhão, com o objetivo de alongar o prazo médio e melhorar o perfil das dívidas da Cia. Essa decisão deu-se para aproveitar o bom momento de mercado de forma a assegurar a

companhia um capital suficiente para que não ficasse vulnerável às possíveis oscilações futuras de crédito do mercado, tendo em vista que estas condições são voláteis e variam de acordo com o cenário e perspectivas da economia mundial.

### **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

#### **b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, desde que já divulgados**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

#### **c. Novos produtos e serviços**

##### **i. Pesquisas em andamento já divulgadas**

Os Diretores da Companhia esclarecem que na data deste Formulário de Referência não há pesquisas em andamento já divulgadas.

##### **ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não gastou qualquer montante em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e serviços, tendo em vista que não há pesquisas em andamento.

##### **iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentre os investimentos que a Companhia tem para expansão da capacidade e melhorias em sua malha, dois projetos se destacam: Projeto Rondonópolis e o Projeto Rumo. Abaixo se encontram seus respectivos detalhamentos:

- O projeto Rondonópolis é uma extensão de 260 km de via entre os municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis, ambos nos Estados do Mato Grosso. Para a realização do projeto, o BNDES aprovou uma linha de financiamento que corresponde a 90% do investimento e com prazo de duração de 20 (vinte) anos. A estimativa de desembolso da Companhia com o projeto Rondonópolis é de aproximadamente R\$700 milhões.

- O projeto Rumo tem por objeto o transporte pela Companhia de açúcar a granel com a expansão da capacidade operacional ferroviária da Companhia através de investimentos a serem realizados pela Rumo Logística S.A. (“Rumo”) na malha da Companhia. A Rumo deverá investir o valor de aproximadamente R\$1,2 bilhão, sendo (i) R\$535 milhões na duplicação, ampliação e melhoria da via permanente e pátios do corredor ferroviário Bauru-Santos, no Estado de São Paulo; (ii) R\$435 milhões na aquisição de até 79 locomotivas e 1.108 vagões; e (iii) R\$206 milhões na construção e ampliação dos terminais. Em contrapartida ao investimento, a Companhia efetuará a prestação do serviço de transporte garantindo curva de volume mínimo, que chegará a 9 milhões de toneladas.

#### **10.11. Outros fatores com influência relevante**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que no julgamento dos administradores devam ser comentados.